

## **Estado mínimo para que e para quem? A funcionalidade do Estado para a acumulação de capital no contexto neoliberal na América Latina.**

Christiane Senhorinha Soares Campos (UFSM)<sup>1</sup>

Rosana Soares Campos (UFSM)<sup>2</sup>

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE)<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa impactos socioeconômicos do neoliberalismo na América Latina na década de 1990, partindo do pressuposto que a implementação das políticas econômicas neoliberais foi “facilitada” por governos eleitos democraticamente, frustrando as expectativas de que a reconquista da democracia implicaria em maior bem-estar para a maioria da população. Neste sentido, se questiona o discurso neoliberal do “Estado Mínimo”, evidenciando que neste contexto há uma mudança significativa no papel do Estado, para viabilizar o aumento da acumulação de capital. A pesquisa foi dividida em dois períodos de tempo: anos 60-70-80, crescimento e declínio da região, e anos 90; implementação das políticas neoliberais apresentadas como única saída da crise. Os dados econômicos e sociais evidenciam as drásticas consequências dessas políticas para a população trabalhadora da região: desemprego e o aumento da pobreza. Em contrapartida, a implementação dessas políticas foi bastante funcional para a ampliação do processo de acumulação de capital, de tal modo que nos parece pertinente questionar: Estado mínimo para que e para quem?

**Palavras-chave:** América Latina, neoliberalismo, democracia, desemprego e pobreza.

**Abstract:** The paper analyzes socio-economic impacts of neoliberalism in Latin America in the 1990s, assuming that the implementation of neoliberal economic policies was "facilitated" by democratically elected governments, frustrating the expectations that the reconquest of democracy imply greater welfare for most people. In this sense, it challenges the neoliberal discourse of the "minimal state", showing that in this context there is a significant change in the role of the state, to enable the increase of capital accumulation. The research was divided into two periods of time: 1960-70-80s, growth and decline of the region, and 1990s; implementation of neoliberal policies as the only way out of the crisis. The economic and social data show the drastic consequences of these policies for the working population of the region: unemployment and the increase in poverty. However, the implementation of these policies was quite functional for the expansion of the process of capital accumulation, so it seems questionable: the minimal state for what and for whom?

**Key-words:** Latin America, neoliberalism, democracy, unemployment, poverty

---

<sup>1</sup> Professora adjunta da UFSM – Depto. de Administração e Economia – CESNORS - Campus de Palmeira das Missões.  
[Chris\\_senhorinha@hotmail.com](mailto:Chris_senhorinha@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora adjunta da UFSM, Depto de Ciências Sociais – [rosanascampos@yahoo.com.br](mailto:rosanascampos@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Economista da Fundação de Economia e Estatística do RS – FEE. [claricastilhos@yahoo.com.br](mailto:claricastilhos@yahoo.com.br)

## Introdução

A democracia de procedimentos<sup>4</sup> foi muito funcional para a consolidação de políticas econômicas neoliberais na América Latina. À medida que as elites políticas democráticas ocupavam o poder, as políticas econômicas neoliberais ganhavam espaços como única e irremediável alternativa para superar a crise econômica que se alastrou por todo o subcontinente no começo da década de 1980.

A fragilidade política permitiu que reformas econômicas fossem conduzidas sem o apoio popular, atendendo aos interesses de poucos e provocando consequências drásticas à maioria da população. Estas reformas econômicas foram implementadas nos moldes da doutrina neoliberal; que, entre outras coisas, propunha a não interferência do Estado na esfera econômica, a não ser para garantir a segurança do mercado. Em nome de uma estabilidade econômica, os proponentes das reformas estruturais exigiram dos Estados latino-americanos cortes nos gastos públicos, privatizações das empresas estatais a fim de capitalizar para pagar dívidas, abertura dos mercados e liberalização do câmbio para se tornar mais competitivos.

A proposta desse ajuste estrutural era desencadear as mudanças necessárias para estabilizar a economia através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado. Porém, conforme Laura Soares (2000:16), “por trás de todas essas medidas está a idéia central de que é o livre jogo das forças do mercado, sem nenhuma interferência, que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos ‘em benefício da coletividade’”.

É nesse sentido que Adam Przeworski (1992) chama esse ajuste estrutural de falácia neoliberal. Para o autor, este modelo não é mais do que argumentos primários e de auto-interesse com a tentativa de encobrir a ineficiência do mercado. Przeworski evidencia dois pontos dessa falácia: 1) programas de estabilização tendem a induzir à recessão e a estabilidade pode ser alcançada reduzindo a demanda; e 2) programas de estabilização frequentemente solapam a probabilidade de um futuro crescimento, pois os cortes de gastos feitos sob a pressão da crise fiscal tendem a não discriminar entre consumo do governo e investimento público.

Com o objetivo de compreender os impactos socioeconômicos do neoliberalismo na América Latina, este artigo analisa o surgimento deste fenômeno enquanto ideologia e, depois, segue na análise

---

4

A democracia é vista como um conjunto de procedimentos e regras políticas como votar, ter direitos civis respeitados e governos eleitos conseguirem governar, sem levar em consideração aspectos econômicos e sociais. Nesse modelo, a democracia não é um regime com objetivo de proporcionar melhorias nas condições de vida da população e, sim, um método político, entendendo por ser este um “certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas” (Schumpeter, 1984:304)

da prática político-econômica, evidenciando o contexto latino-americano que favoreceu a implementação dessas políticas. Busca-se mostrar como e por que a América Latina foi se tornando uma região propícia para o neoliberalismo e os impactos socioeconômicos que engendrou. A pesquisa foi dividida em dois períodos de tempo: anos 60-70-80, crescimento e declínio da região, e anos 90; implementação das políticas neoliberais como única saída da crise.

Este estudo parte da compreensão de que a democracia de procedimentos/minimalista foi um modelo funcional para a consolidação de políticas econômicas neoliberais, no momento em que governos eleitos democraticamente implementaram as recomendações do Consenso de Washignton<sup>5</sup>.

### **Neoliberalismo: pressupostos teóricos e fatores que viabilizaram sua hegemonia política e econômica.**

O neoliberalismo, enquanto ideologia, surgiu na Europa e ecoou logo nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar, e propunha a tese de liberdade econômica do mercado. Seu precursor foi o economista austríaco Friedrich Von Hayek (1990), que, em 1944, escreveu “o Caminho da Servidão” chamando a atenção para as limitações aos mecanismos de mercado por parte do Estado; argumentando que tal procedimento era uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

Não que ele fosse contrário à presença do Estado, porém este deveria ser delimitado e capaz de criar um arcabouço legal apenas para combater os monopólios. Neste sistema de concorrência, o Estado deveria fornecer um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho. Entretanto não era função do Estado garantir um elevado nível de renda a todos os indivíduos. Pensamento que anos depois serviu de fundamento para o discurso minimalista sobre as necessidades básicas, proposto pelo Banco Mundial.

O autor defendia a liberdade econômica acima de todas as outras liberdades. E, nesse sentido, a

---

<sup>5</sup> O Consenso de Washington é uma expressão utilizada para se referir a uma série de orientações de política econômica e social destinadas a reformas institucionais a serem implementadas na América Latina. Essas orientações foram elaboradas em meados dos anos 80, no Institute for International Economics, de Washington, visando um novo crescimento econômico para a região, com base em 10 pontos. 1) incremento da poupança mediante uma forte disciplina fiscal; 2) reorientação do gasto público para programas sociais bem elaborados (focalização); 3) reforma do sistema tributário para ampliar a base impositiva; 4) consolidação da supervisão do Banco Central; 5) manutenção de tipo de câmbio competitivo; 6) liberalização do comércio intra-regional; 7) criação de uma economia de mercado altamente competitiva mediante privatização e liberalização de todos os mercados de bens e serviços, com especial ênfase na desregulação do mercado de trabalho; 8) garantia ao conjunto da sociedade os direitos de propriedade; 9) criação de um banco central autônomo, poder judiciário independente e incorruptível, e entidades que promovam a produtividade; 10) incremento do gasto público educativo no ensino primário e secundário.

democracia era, pois, um método, um meio para garantir a liberdade individual, exercida num espaço pequeno onde se deveria construir maioria entre as opiniões dos cidadãos a respeito da política. Nas demais áreas, deveria imperar a liberdade absoluta, a do mercado.

Em 1947, enquanto as bases do modelo de Estado de bem-estar iam sendo construídas, Hayek convocou aqueles que compartilhavam de suas idéias e formou a Sociedade de Mont-Pèlerin, uma “espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada”, conforme Perry Anderson (1995). O objetivo dessa associação era combater o keynesianismo e a social-democracia, e preparar a sociedade para um capitalismo livre de regras e imposições do Estado, seguindo apenas a “lei natural” da oferta e da procura. Dessa forma o neoliberalismo foi se constituindo enquanto ideologia.

Também participante da Sociedade de Mont-Pèlerin, o americano Milton Friedman (1962) foi o propagador das ideias neoliberais nos Estados Unidos. Um tanto mais radical, este autor era contra qualquer intervenção do Estado na economia, contra-atacando a política de emprego promovida pelo Estado. Para Friedman, o pleno emprego causava inflação e, desse modo, a situação de fraqueza e instabilidade econômica retornava. Por esta razão, o autor acreditava que deveria haver uma taxa natural de desemprego. O ponto de equilíbrio seria, pois, determinado pelo mercado. E, nesse sentido, as desigualdades existentes não eram injustas, se justificavam absolutamente pelo princípio liberal. O autor defendia a tese de que as desigualdades teriam mais a ver com merecimento.

Em sua “Breve Historia do Neoliberalismo”, Harvey (2007) analisa o neoliberalismo como um hegemônico modo de discurso, fundamentado sobre dois valores centrais da civilização: a dignidade humana e liberdade individual. A doutrina neoliberal, segundo Harvey, se apoderou desses valores como ideais ameaçados não somente pelo fascismo e comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíram a liberdade individual de escolhas por julgamentos coletivos. O objetivo era convencer de que a intervenção de uma instituição na vida das pessoas usurparia delas esses dois ideais. O autor chama a atenção para a construção de um consenso em torno do neoliberalismo como único caminho para salvaguardar a liberdade individual e a dignidade humana. E observa que a ideia de liberdade era mera defesa à livre iniciativa. Esse consenso, segundo Harvey, deu-se através de:

“...poderosas influências ideológicas que circularam através de corporações, mídia e numerosas instituições que constituem a sociedade civil tais como universidades, escolas, igrejas e associações profissionais. A ‘longa marcha’ das ideias neoliberais através destas instituições que Hayek tinha previsto em 1947, a organização de *think-tanks*, a captura de certos segmentos da mídia e a conversão de muitos intelectuais ao modo neoliberal de pensar criou um clima de opinião em apoio ao neoliberalismo como exclusivo garantidor da liberdade. Estes movimentos foram depois consolidados através da captura de partidos políticos e, por último, do poder do estado.” (Harvey, 2007:40)

De acordo com Harvey, essa construção do consenso deveu-se muito ao apelo à liberdade individual e à dignidade. Não fosse isso, seria difícil convencer a aceitação de um projeto com grandes desajustes sociais. Além disso, conforme o autor, uma vez o aparato estatal tornando-se neoliberal, o governo poderia usar seus poderes de persuasão, cooptação, suborno e ameaça para manter o clima de consenso necessário para a perpetuação no poder. A força e a coerção, de acordo com Harvey, foram também usadas para produzir uma fatalística aceitação da idéia de que não havia outra alternativa.

Para Harvey, o neoliberalismo foi um projeto de classe camuflado sobre a retórica da liberdade individual. Mas não foi a restauração do poder econômico para as mesmas pessoas e grupos. Houve privilégio de posse e administração das empresas capitalistas a grupos seletos que evidenciaram como meta a ser atingida a financeirização de tudo. O suporte às instituições financeiras e a integridade do sistema financeiro tornaram-se preocupações centrais dos estados neoliberais.

É nesse sentido que, para Harvey, os neoliberais persistem na busca da privatização dos bens. Setores regulados pelo Estado deveriam, pois, se tornar privados. A argumentação era a de que seriam muito melhor administrados e estariam livres da tendência de indivíduos irresponsáveis superexplorar bens comuns – a chamada tragédia dos comuns. A palavra de ordem seria, desse modo, conforme o autor, competição - entre indivíduos, empresas, entidades territoriais -, vista como a virtude principal. E onde as regras de competição não fossem claras, o Estado usaria seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado.

Neste pensamento neoliberal, conforme o autor, a privatização e a desregulamentação, combinadas com a competição, eliminam procedimentos burocráticos e aumentam eficiência e produtividade, melhoram a qualidade e reduzem custos. Para se adequar a estes fatores, os neoliberais apregoavam, então, a necessidade do Estado se reorganizar. Ainda de acordo com Harvey, a mobilidade do capital é vista como um elemento crucial neste pensamento. E por isso todas as barreiras devem ser removidas. Conforme Perry Anderson, essa estrutura ideológica foi a base do triunfo neoliberal nos campos social e político, apesar do fracasso econômico.

“Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais.” (Anderson, 1995: 23)

Essa estrutura política e ideológica começou a ganhar espaço com a redução das taxas de lucro e a superprodução da economia mundial, que ficou conhecida como a crise dos anos 1970-80. O capitalismo estava entrando em seu ciclo de desaceleração de acumulação do capital e as economias

desenvolvidas estagnaram seus investimentos por causa da baixa lucratividade. O Estado provedor começou a perder sua fonte de renda para financiar o bem-estar tanto dos indivíduos como das empresas. A saída foi implantar políticas ortodoxas, conhecidas como neoliberais, que aumentasse novamente a lucratividade e expandisse mercados para escoar essa superprodução.

De acordo com Marcelo Carcanholo (2008:251-2), “a resposta do capital a esse primeiro aspecto de sua própria crise foi: (i) pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados internos, principalmente o mercado de trabalho, (ii) política tributária regressiva, desonerando os altos rendimentos; e (iii) redução do tempo de rotação do capital”. Quanto à superprodução, conforme o autor, as saídas foram os processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças, ou seja, a abertura dos mercados periféricos para a produção das economias desenvolvidas.

De forma sucinta, a recuperação da acumulação do capital no centro do sistema passaria por quatro aspectos, como pontua Carcanholo: (i) recuperação da lucratividade dos investimentos; (ii) redução no tempo de rotação do capital; (iii) transferência de recursos da periferia e (iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro de acumulação mundial.

O laboratório de experimentação para testar a resposta neoliberal a essa crise do capital foi o Chile, com a instalação do governo ditatorial de Pinochet em 1973. A equipe econômica do governo Pinochet, formada pela Universidade de Chicago onde Milton Friedman era professor, disseminou a teoria neoliberal e reestruturou a economia chilena nos moldes neoliberais. Desse modo, o governo revogou as nacionalizações e privatizou os bens públicos. Abriu os recursos naturais à exploração privada, privatizou a previdência social e facilitou o investimento externo direto e o mercado livre. Segundo Harvey, houve um imediato restabelecimento da economia chilena em termos de taxa de crescimento e acumulação do capital, porém essa recuperação teve vida curta. Os problemas econômicos e sociais se agravaram com a crise da dívida na América Latina em 1982.

Ainda sem esperar os efeitos da experiência neoliberal chilena, no final dos anos 1970, a vitória de Margareth Thatcher, na Inglaterra, inaugurou a era neoliberal dos países de capitalismo avançado. Em 1980, foi a vez dos Estados Unidos com o governo Reagan. Em 1982, Kohl na Alemanha. E a Dinamarca, em 1983, caiu sob o controle de um governo de direita, que implantou políticas neoliberais. Dessa forma o neoliberalismo foi se “ramificando” por quase todos os países da Europa Ocidental, excetuando Suécia e Áustria. Mas é preciso lembrar que a face neoliberal nestes países deu-se apenas nos aspectos de reestruturação produtiva e privatização de bens públicos. O mercado interno continuou protegido contra a concorrência externa. A abertura comercial, que desindustrializou, fragilizou e, em muitos lugares, quebrou a economia, ocorreu na periferia do sistema capitalista.

Sintetizando o fenômeno neoliberal, no âmbito do pensamento econômico, sua hegemonia

implicou em uma mudança de paradigma. O desenvolvimento e o pleno emprego, motivados pelo modelo keynesiano, saíram da agenda de debates e a estabilidade passou a ser o centro da política econômica, entendida como controle de inflação e de déficit público.

Outra importante mudança foi a do papel do Estado. A defesa do dirigismo estatal para ampliar a capacidade produtiva e a geração de emprego e renda foi substituída pela defesa do livre mercado, apontado como “único” caminho para atrair capital, especialmente do mercado externo, e promover crescimento econômico.

Na América Latina, o neoliberalismo começou a ser implementado com força em meados dos anos 1980. Conforme Perry Anderson, a virada continental em direção ao neoliberalismo começou com a presidência de Salinas, no México, em 1988, seguida da chegada de Menen ao poder na Argentina em 1989, da segunda presidência de Carlos Andrés Peres, no mesmo ano na Venezuela, da vitória de Fernando Collor também em 1989 no Brasil e da eleição de Fujimori no Peru, em 1990. Presidentes eleitos democraticamente com uma plataforma de governo e, quando chegaram ao poder, implementaram outra.

A implementação das políticas econômicas de cunho neoliberal na América Latina foi justificada como resposta única para a crise, a qual a região vinha atravessando desde começo dos anos 1980, reflexo de um Estado dependente do capital internacional, e, portanto, vulnerável às pressões externas. Entretanto, ao contrário do que a retórica neoliberal prometia, a adoção das políticas definidas no Consenso de Washington, tarefa que a América Latina cumpriu com afinco, não teve como corolário o aumento da capacidade produtiva e do emprego e nem a melhoria das condições de vida da população. Muito pelo contrário, como destaca Salama (2000:208) “a rápida abertura das fronteiras levou a uma destruição-reestruturação do sistema de produção, prevalecendo a destruição sobre a reestruturação”.

Estay (2007:208), analisando dados do PNUD, constatou que dos 33 países da América Latina e Caribe somente 12 tiveram crescimento do produto por habitante superior a 2% ao ano entre 1990 e 2003. E nos países que cresceram menos que este percentual vivem 85% da população da região. Conforme Salama (2000), a liberalização trouxe para as economias latinoamericanas a necessidade de atrair cada vez mais capital, para cobrir déficits comerciais, pagamento de patentes, entre outras despesas. De modo que a saída adotada por muitos países foi transformar a economia em “economia cassino”, onde o principal atrativo são as elevadas taxas de juros.

No que se refere à geração de emprego, conforme Salama (2000:218) com as políticas neoliberais “a natureza dos empregos muda: a precariedade e simultaneamente a intensidade do trabalho aumentam” (Salama, 2000:218). E diante da ameaça do desemprego, a maioria dos/as

trabalhadores/as tem que se submeter a trabalhar mais e em piores condições, o que inclui menor salário, maior jornada de trabalho, relações de trabalho informais, entre outras coisas.

A combinação de um crescimento baixo, e em muitos casos negativo, com um modelo de acumulação regido pelas regras neoliberais comprovou ser uma eficiente fórmula de aumentar a pobreza na América Latina, tanto na sua amplitude quanto na sua profundidade. Como constatou Salama (2000:207), “pobreza pelo emprego e pobreza pela recessão são os dois aspectos que dominam nos anos noventa”.

E no que tange à distribuição da riqueza, a aplicação das recomendações do Consenso de Washington na América Latina não provocou a redução da desigualdade social. Tanto que segundo a CEPAL, no início do atual milênio a maioria dos países em desenvolvimento convive com elevados indicadores de desigualdade: “América Latina y El Caribe ostentan la lamentable singularidad de ser la región más inequitativa del mundo” (Cepal 2005, apud, Estay, 2007:210).

Mas não se pode concluir que as políticas neoliberais produziram efeitos nefastos para todos. Os grandes grupos econômicos, especialmente multinacionais, ampliaram seus lucros e uma parcela dos ricos dos países latino-americanos se tornou mais rica. Isso significa que o capital conseguiu, através dos mecanismos neoliberais, recompor forças para retroalimentar seu insaciável processo de acumulação (Campos, 2011).

As seções a seguir apresentarão o contexto latino-americano no qual foi implementado o neoliberalismo, permite a compreensão da implementação do neoliberalismo na região. Este processo tinha uma função e ela foi cumprida – revigorar o processo de acumulação de capital.

### **O contexto socioeconômico Latinoamericano nas décadas que antecederam o neoliberalismo**

A América Latina foi se desenvolvendo de modo concentrado e excludente, aliando os interesses de pequenos grupos no poder aos do capital estrangeiro. Por isso, enquanto a economia dos países industrializados cresceu, a economia da América Latina também evoluiu. E dentro deste contexto de crescimento dinâmico da economia mundial e de seus principais agrupamentos sobressaiu a concentração do progresso técnico e do desenvolvimento no conjunto das economias industrializadas, assim como a marginalização relativa dos países em desenvolvimento.

Os anos 1950 e 1960 refletiram a pujança do capital internacional no subcontinente com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região em torno de 5.5% anuais, além de uma boa evolução dos principais setores da atividade econômica. Havia um dinamismo na economia mundial com relação ao crescimento das atividades de agricultura, mineração, indústria, construção civil e



serviços básicos. Segundo anuário estatístico da CEPAL (1970), não parece ter havido na história da economia mundial etapa de crescimento tão expansivo e estável como a que abarca os anos 1950 e 1970.

Esse modelo de desenvolvimento atrelado ao capital internacional e atendendo aos seus interesses atrasava a região tecnológica e economicamente. Os benefícios não chegaram de forma mais equitativa à população. Nesta época, a renda média anual do trabalhador latinoamericano era estimada, segundo a CEPAL, em \$1400, o que representava entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{6}$  da que se registrava nos países industriais como os Estados Unidos e os da Europa Ocidental. De acordo com o estudo da CEPAL (1970:5), “esta baixa renda determina sem dúvida a ínfima produtividade de uma grande massa da população ativa que pode considerar-se estruturalmente desocupada (...) menos de 10% da força de trabalho está ocupada em empresas que poderiam considerar-se relativamente modernas na região latino-americana e que concentram ao redor de 50% da produção total.” O crescimento econômico beneficiou poucos. Cinquenta por cento da população latino-americana, na década de 1960, consumiam apenas 2/10 do consumo total, enquanto 5% da população eram responsáveis por 3/10 deste consumo.

O desemprego já nesta época era um fator preocupante para o desenvolvimento econômico da região. A CEPAL em seus estudos já chamava a atenção para este problema, observando que o crescimento econômico deveria ser maior para que pudesse equilibrar o desenvolvimento social. Conforme o estudo da Comissão, 40% da mão-de-obra subocupada estava empregada em serviços considerados improdutivos. Além disso, o desemprego aberto já atingia 10% da população ativa da região.

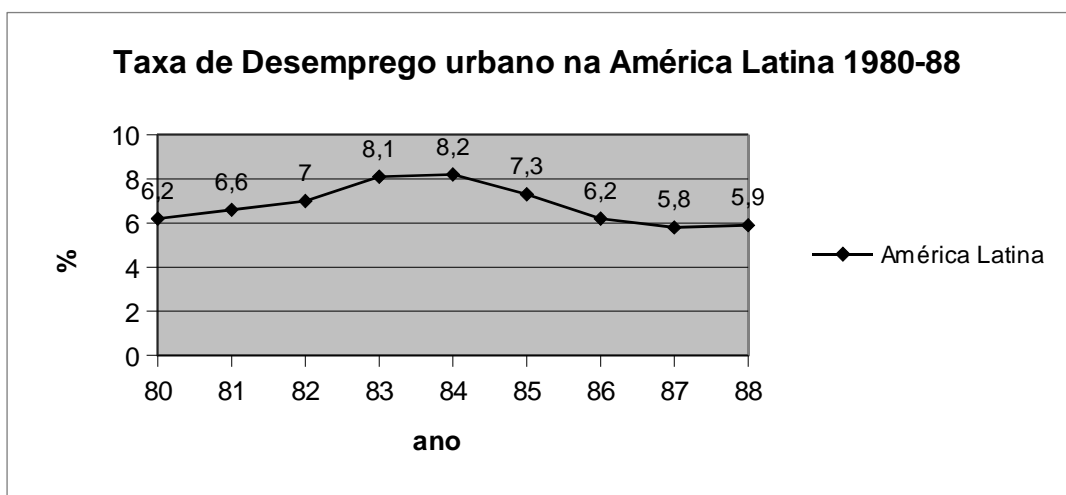
Isso evidencia um cenário instável e vulnerável economicamente aos desígnios da economia dos países industrializados e uma grande desigualdade social que pioraria durante as décadas seguintes. A economia latino-americana mostrou-se muito sensível frente às altas do petróleo (1973 e 1979). O segundo choque do petróleo, em 1979, junto com a elevação das taxas de juros, ao mesmo tempo em que levou os países de economia industrializada a uma recessão, generalizou a crise para o resto do mundo.

Os preços internacionais despencaram, o comércio internacional se retraiu, os investimentos no estrangeiro se estancaram e os empréstimos e financiamentos se tornaram caros e escassos. Desse modo, a América Latina, assim como as demais regiões periféricas, entraram em crise também. Os EUA, para valorizar o dólar, que vinha tendo grandes quedas com os choques de 1973 e 1979, elevaram para níveis homéricos a taxa de juros dos empréstimos aumentando a dívida dos países em desenvolvimento.

A partir do começo dos anos 1980, a economia latino-americana teve uma evolução ruim. Aumentaram os desequilíbrios da balança de pagamentos e se incrementou um forte endividamento externo. A dívida pública da região era de 130 bilhões no começo da década. E o PIB nacional, tanto quanto o *per capita*, sofreu uma retração abrupta obtendo crescimento considerável entre os anos 1984 e 1986, porém caindo ao final da década chegando a -1,7% em 1988.

Nos primeiros cinco anos da década de 1980 também houve uma perda de dinamismo na economia, principalmente nos setores de serviços básicos (educação, saúde, segurança, saneamento), da indústria e da construção civil se comparado com o começo dos anos 1970. Houve um aumento persistente do desemprego a partir de 1981. No gráfico 1 podemos observar a evolução da taxa de desemprego urbano na América Latina, evidenciando muitas oscilações durante toda a década de 1980.

**Gráfico 1 – Desemprego na América Latina**



Fonte: elaboração própria a partir de dados Cepal- Anuário 1988

Este gráfico permite-nos observar o aumento do desemprego na América Latina no mesmo período de expansão da crise financeira, no início dos anos 1980. A taxa de desemprego foi se agravando principalmente nos anos 1982 (7%), 1983 (8,1%) e com aumento crescente ainda em 1984 (8,2%). O desatar da crise deu-se principalmente nos anos 1982-83, com forte retração da produção e aumento da dívida externa, devido a exorbitantes taxas de juros cobradas, refletindo desse modo no desemprego.

A partir de 1985, a taxa de desemprego apresenta uma queda, registrando 7,3% naquele ano. Nos anos de 1986 (6,2%) e 1987 (5,8%) o desemprego mostra contínua queda, mas já em 1988 o índice volta a subir. Essa oscilação positiva é justificada por uma injeção de capital na economia, resultante de

acordos do FMI com muitos países latino-americanos, inclusive o Brasil, que os obrigavam a uma série de determinações como a liberalização e o controle do déficit público e em contrapartida haveria concessão de mais empréstimos. Porém, não deu certo, e a economia voltou a se retrair trazendo consigo as consequências sociais. No fim da década de 1980 a pobreza na região atingia mais de 30% da população, e registrava um índice de desigualdade de 0,50. A tabela 1 apresenta os índices de pobreza e extrema pobreza no final da década de 1980 na região.

**Tabela 1 – Pobreza e extrema pobreza na América Latina em números absolutos e relativos - 1986 e 1989- média dos países**

Ano	Pobreza		Extrema Pobreza	
	%	Absoluta	%	Absoluta
1986	33.75	137 mi	13.32	54 mi
1989	38.26	164 mi	17.59	75 mi

Fonte: World Bank (2000)

A tabela 1 evidencia um persistente e antigo problema na América Latina: a pobreza. Difícil encontrar dados referentes à pobreza antes do período da tabela, mas, ainda que esparsos no tempo, os dados acima dão um panorama da situação na região. Em 1986, quase 34% da população era pobre. Três anos depois a pobreza já apresentava um crescimento de 13,4%, ou seja, já alcançava os 38,26% da população latino-americana. A extrema pobreza também aumentou no intervalo de três anos. Passando de 13,32% em 1986 para 17,59% em 1989.

Este cenário assolador de elevada inflação (1000% ao mês) e dívida externa, queda no crescimento dos setores econômicos mais importantes, taxa de desemprego em alta, elevado índice de Gini (0,58 em 1989) e 1/3 da população vivendo em situação de pobreza foi extremamente funcional para justificar a consolidação das políticas econômicas de cunho neoliberal na região como única saída da crise. E desse modo, os anos 1990 tornaram-se a era neoliberal, cujo direcionamento foi dado por um conjunto de regras e procedimentos que ficou conhecido como o Consenso de Washington.

## Os governos democráticos e a década neoliberal na América Latina

Nesse grave contexto socioeconômico em que estavam mergulhados os países latino-americanos “caiu como uma luva” o discurso de que o Estado era o grande culpado pela crise da dívida e de que só com uma profunda mudança no papel do Estado a região voltaria a crescer. A ordem, então, dos organismos internacionais para os estados em desenvolvimento foi a de dismantlar a máquina existente de intervenção estatal. Cabia ao Estado encolher e exercer funções, principalmente, políticas e de forma que corroborasse com as práticas neoliberais.

Mesmo Peter Evans (1998), sem nenhuma simpatia pelo estatismo, observou o exagero dos neo-utilitaristas neoliberais em “crucificar” o Estado como principal ator responsável pela estagnação econômica. Conforme o autor, a fé no mercado foi a alternativa lançada pelos neo-utilitaristas após o abandono do Estado, evidenciando que o neoliberalismo era apenas a antiga fé no mercado e não uma inovação tecnológica. Uma visão que acredita que os mercados competitivos são suficientes para produzir o tipo de transformação estrutural que está no cerne do processo de desenvolvimento. Desse modo, o pensamento neoliberal preconizou não somente a saída do Estado de todas as atividades produtivas, mas também um processo de privatização e de desregulamentação generalizado. Nesta linha de análise, de acordo com Bresser Pereira (2009), o que se pretendia era:

“um Estado fraco que deixasse que as economias nacionais, tanto dos países ricos onde essa ideologia se originou, quanto dos países em desenvolvimento, se transformassem em “campo de treinamento” ( *playing field*) das grandes empresas e dos seus altos executivos e agentes financeiros, deixando-os livres para nelas realizar rendas de todos os tipos em vez de juros moderados, de lucros empresariais e de ordenados”. (Bresser Pereira, 2009: 9)

Mas essa fraqueza estatal é bastante relativa, uma vez que o Estado continuou sendo um instrumento fundamental para a deliberação dos interesses do capital, tanto nacional como internacional. E nesse sentido fortaleceu-se ainda mais, porque ganhou legitimidade ao ser governado por representantes eleitos diretamente pela população. Ou seja, as decisões políticas eram tomadas por “representantes do povo” e, como consequência, seriam para o bem comum. Mas não se fez assim. Muitos presidentes eleitos pelo voto direto, após a redemocratização, estavam comprometidos com os ideais neoliberais, apesar de em suas propostas de campanha as políticas neoliberais não fazerem parte da pauta.

No Brasil, Fernando Collor, assim que assumiu a presidência da República, em 1990, após 20 anos de ditadura militar e cinco de governo civil eleito pelo voto indireto, começou a implementar um plano de ajuste econômico. Para essa implementação, só no primeiro ano de mandato fez uso de mais de cem medidas provisórias. Em 1991, criou o Programa de Reconstrução Nacional (PRN), sob a consultoria do Banco Mundial, com o objetivo de redefinir o papel econômico do Estado e da iniciativa privada, através da implementação de um conjunto de medidas liberalizantes: o enxugamento do Estado, através de reforma administrativa; o Programa Nacional de Desestatização, que já de início privatizaria 20 empresas que representavam a base da estrutura industrial brasileira, como a siderurgia, a petroquímica e a produção de fertilizantes, e preconizou uma abertura comercial, através de diretrizes de política industrial e de comércio exterior. No final de 1991, quando O PRN estava sendo colocado em prática, o país assinou um acordo com o FMI de dois bilhões de dólares. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se intensificou o processo de reformas liberalizantes.

No Chile Patricio Aylwin foi eleito presidente em 1989, depois de dezesseis anos de ditadura Pinochet, com um programa que reconheceu os avanços econômicos promovidos pela ditadura militar e se propôs a mantê-lo no campo da modernização, dando continuidade ao processo de privatização e à política de atração de capital privado.

Na Argentina, Raul Alfonsín, primeiro presidente eleito democraticamente em 1983, após os terríveis anos ditatoriais, também impôs uma política de liberalização comercial e de controle da inflação, compatível com os preceitos neoliberais. Mas foi seu sucessor, Carlos Menem (1989-1999) quem aderiu com todas as forças às orientações voltadas ao mercado. Ele implementou um dos mais ousados programas de reformas liberalizantes com base em cinco políticas: 1) privatização das empresas públicas; 2) abertura comercial; 3) liberalização financeira; 4) reforma trabalhista e 5) programa de estabilização, que culminou com o Plano de Conversibilidade da moeda argentina, o Plano Cavallo, o qual colocava em paridade o peso com o dólar.

No México, as reformas liberalizantes foram iniciadas ainda no começo da década de 1980 pelo governo democrático de Miguel de la Madrid (1982-88), dando autonomia ao Banco Central e promovendo uma modernização financeira que favorecia o empresariado. Salinas, quando assumiu o poder também por voto direto em 1988, completou as reformas, com privatização das grandes empresas públicas, abertura comercial com a entrada no NAFTA<sup>6</sup>, redução dos investimentos públicos produtivos e financeiros e reestruturação da legislação agrária que revisou todo um legado histórico de garantias

---

<sup>6</sup> NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio assinado entre Estados Unidos, Canadá e México, que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1994.

protecionistas do Estado ao campesinato.

Na Venezuela o Estado também foi o elemento de estruturação das reformas neoliberais. Andrés Borge, presidente eleito pela segunda vez por voto direto em 1989, era a esperança de grande parte da população venezuelana para o país sair da crise em que se encontrava em fins dos anos 1980. Porém, logo que assumiu o poder, baixou um plano de austeridade fiscal, duramente contestado pela população. Borge lançou mão de um acordo com o FMI, que envolvia aumento de preços dos produtos básicos da classe trabalhadora, elevação dos juros e reajuste de cerca de 40% em todos os serviços públicos, bem como a privatização de boa parte deles. A inflação no começo de 1989, quando o plano foi posto em ação era de 40,3%. No final daquele ano o índice inflacionário chegou a 80%.

O Peru iniciou a aplicação do programa neoliberal do Consenso de Washington em 1990, com o governo de Alberto Fujimori, eleito democraticamente. O monopólio das empresas do Estado em alguns setores foi eliminado e as restrições e proibições ao comércio exterior foram revogadas. Sob a tutela do FMI, Fujimori privatizou centenas de empresas públicas. E na mesma época, assinou acordo militar com os Estados Unidos, o que o fortaleceu para o autogolpe em 1992, fechando o Congresso e levando o Peru a uma ditadura militar.

No Equador, que foi o primeiro país da região a abandonar o regime autoritário, em 1979, os governos eleitos desde então implementaram reformas neoliberais com o apoio do FMI. De 1983 a 2000 o país conseguiu oito empréstimos desta instituição. O ápice da ortodoxia neoliberal no Equador foi no governo de Abdala Bucaran. Assim que assumiu a presidência em 1996, o presidente buscou e conseguiu aprovar uma lista de empresas a serem privatizadas e uma reforma trabalhista. Além disso, aumentou em 1000% as tarifas telefônicas, em 300% as tarifas elétricas e em 60% as tarifas de transportes sob a alegação de que precisava arrecadar dinheiro para sanar as contas públicas.

Estes são alguns exemplos de como os Estados latino-americanos abriram suas portas ao capital estrangeiro, possibilitando a participação de empresas estrangeiras no mercado. Ao mesmo tempo, privatizaram suas empresas colocando-as na mão do capital internacional, conforme recomendado pelos neoliberais. No período de oito anos, entre 1988 e 1996, quase mil empresas foram privatizadas na América Latina.

O Estado latino-americano adequou-se mais uma vez às exigências dos organismos internacionais. A saída do Estado da esfera econômica foi uma estratégia política para permitir mais autonomia ao mercado. Com essas mudanças os países da região, fizeram drásticos ajustes fiscais e os capitais estrangeiros puderam entrar quase sem restrição. Porém, a população, principalmente a pobre,

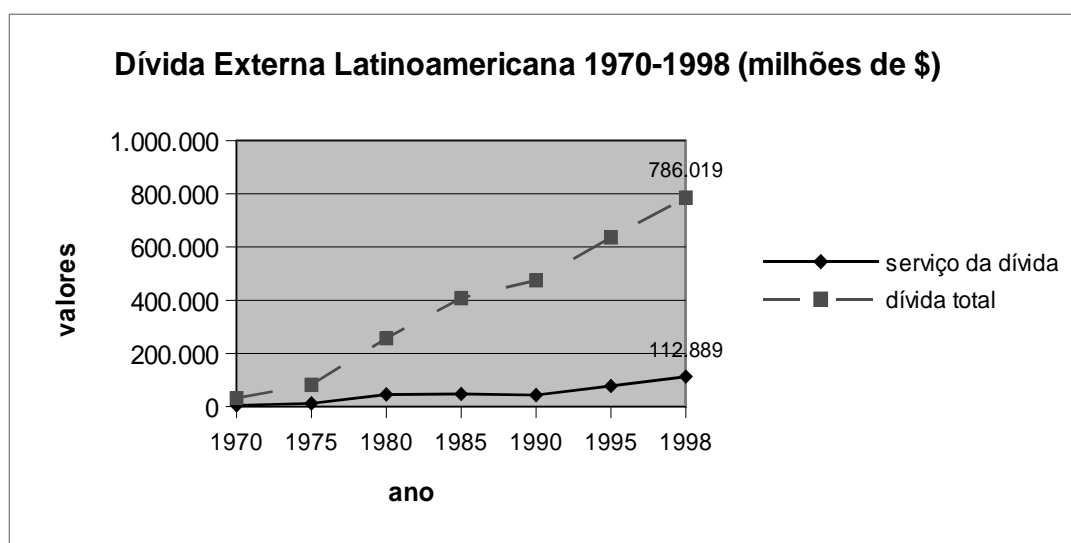
arcou com os altos custos dessas reformas: o desemprego e o subemprego aumentaram, a pobreza em termos absolutos também aumentou, assim como a desigualdade, como pode ser observado na próxima seção, que discute a região no contexto da década de 1990.

## O Contexto neoliberal dos anos 90

A América Latina iniciou a década de 1990 ainda sob uma forte crise da dívida e consequências já alarmantes, como inflação elevada, queda no crescimento econômico, aumento do desemprego e da pobreza na região, impedindo a estabilização econômica, objetivo almejado pelos países desenvolvidos para que pudessem expandir seu capital na região. Duas tentativas anteriores ao Consenso de Washington já tinham sido colocadas em prática, o Plano Baker (1985), com a finalidade de financiar a retomada do crescimento, com a injeção de capital e a proposta de reformas liberalizantes, e o Plano Brady (1988); uma renegociação do pagamento das dívidas.

De fato, houve uma redução do serviço da dívida, ou seja, da taxa de juros, em 1990, porém, por pouco tempo, como se constata no gráfico 2. A dívida continuou a crescer, e a América Latina, condicionada ao capital internacional, mergulhou profundamente nas regras e procedimentos ditados pelo Consenso de Washington.

**Gráfico 2 – Dívida Externa da América Latina**



Fonte: Banco Mundial (2000).

O gráfico 2 permite ter um panorama do crescente endividamento da América Latina dos anos 1970 até 1998. Até 1980, esse endividamento era justificado pelo desenvolvimento da região através da

substituição de industrialização. Após os anos 1980, o crescimento da dívida foi resultado de aumento exorbitante da taxa de juros e dos sucessivos empréstimos para sair da crise. O gráfico evidencia a crescente dependência da América Latina ao capital estrangeiro na medida em que iam se implementando e fortalecendo as medidas neoliberais, a partir da segunda metade da década de 1980 na região.

À primeira vista parece contraditório, mas a elevada dívida tinha dois objetivos: 1) o endividamento era para estabilizar a economia e 2) manter os países na dependência das organizações internacionais e dos países de capitalismo avançado. Os países industrializados precisavam das economias subdesenvolvidas estáveis para que pudessem alcançar seus objetivos. E esta estabilidade deveria ser proporcionada pelos próprios países em crise através das regras condicionantes dos planos e do Consenso.

Desse modo, as reformas estruturais generalizaram-se na América Latina em fins da década de 1980 e início dos anos 1990. Seus aspectos mais relevantes foram a abertura da economia, tanto comercial como financeira, e o processo de privatização das empresas públicas. Os governos da região levaram a cabo as reformas estruturais destinadas a abrir as economias ao mercado internacional, reduzir a intervenção estatal na produção de bens e serviços e expandir a atividade privada.

Para alcançar tais equilíbrios macroeconômicos, introduziram reformas tributárias afim de aumentar e garantir a arrecadação fiscal, reformas administrativas e políticas de gastos, tendentes a diminuir os custos com gastos públicos. As reformas em muitos países se assemelharam em vários aspectos e em meados dos anos 1990 quase todos os países da região estavam comprometidos com este processo.

Com relação à reforma comercial, houve um rápido avanço à liberalização. Em países como a Argentina, Brasil, Colômbia, México e Peru este processo foi acelerado mediante a eliminação de proibições, de licenças prévias e de restrições quantitativas às importações. Houve também uma ampla liberalização do setor financeiro e abertura do mercado de capitais. As medidas adotadas foram no sentido de desregulamentação do mercado de capitais e de crédito bancário, da liberalização das taxas de interesses e do mercado de câmbio e da eliminação de obstáculos à inversão estrangeira.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) foi bastante significativo nas economias latino-americanas neste período. Isso significa entrada de empresas estrangeiras nos países, seja de forma direta ou indireta. De acordo com dados da CEPAL (2000), entre 1990 e 1994, a média anual de IED na América Latina foi de aproximadamente 15 milhões de dólares e entre 1995 e 1999 o IED anual quadruplicou chegando ao montante de 60 milhões. O interesse do investimento se distribuía pelos três setores: primário (petróleo e minerais), secundário (manufatura) e terciário (finanças,

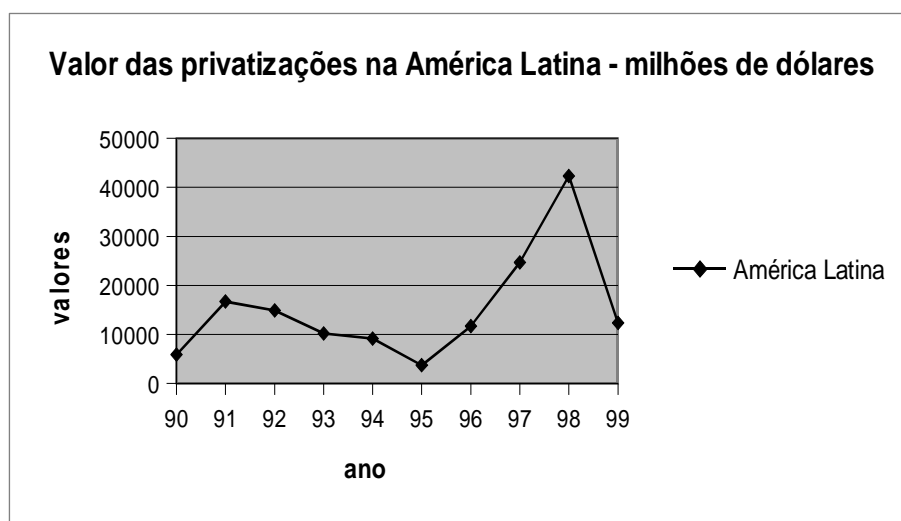


telecomunicações, energia). Porém, os IEDs são pouco vinculados à economia local. E a entrada desses investimentos nos países latino-americanos não significou necessariamente investimento para a região. Conforme James Petras (2003), somente para os Estados Unidos, no período mencionado, foram enviados em forma de remessas de lucros e dividendos um trilhão de dólares das subsidiárias latino-americanas dos grupos norte-americanos.

Conforme relatório da CEPAL (1998), o processo de privatização na região acelerou a partir da segunda metade da década de 1990 e o Brasil foi o país que mais expandiu o processo privatizador. A privatização também consistiu, no sentido mais amplo, em concessões de serviços públicos desenvolvidas por agentes privados em várias áreas como portos, aeroportos, estradas, canais de tv, etc.

As privatizações se concentraram nas áreas de energia, telecomunicações, manufatura e petróleo e gerou um montante de \$ 151.529 milhões de dólares entre os anos 1990 e 1999 em toda a América Latina. O gráfico 3 apresenta o volume de dinheiro obtido por ano, durante a década de 1990, com o processo de privatização na região.

**Gráfico 3 – Valor das privatizações**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do anuário da CEPAL (1999/2000)

O gráfico 3 permite-nos observar o desenvolvimento do processo de privatização na América Latina e perceber sua evolução no decorrer da década de 1990. No começo da década, o processo de privatização apresentou um crescimento, justificado, principalmente, pelas vendas de empresas mexicanas no ano de 1991, que totalizaram um volume de mais de 10 milhões de dólares. Depois, até a

metade da década houve uma crescente queda em termos de montante arrecadado com as privatizações na região. A justificativa é que foi uma época de ajustes nas legislações para a permissão das vendas de estatais, juntamente com a crise mexicana no ano de 1994, que afetou a região como um todo. Mas a partir de 1996, a região se estabilizou e o valor das privatizações teve um elevado crescimento com pico em 1998 de mais de 42 milhões de dólares. Quase metade deste dinheiro foi resultado da privatização da Telebrás (empresa brasileira de telefonia), em julho de 1998, que rendeu aos cofres brasileiros 19 milhões de dólares e passou a ser a privatização de maior envergadura na história da América Latina. Em fins dos anos 1990, o Brasil e a Venezuela eram destaques no ramo da privatização. O primeiro com telefonia e o segundo, no setor petrolífero.

Por fim, a inflação foi controlada durante a década, como previsto nas reformas estruturais, passando de 1.188% em 1990 para 10,6% em 1998. Porém, todos esses rearranjos econômicos, investimentos e privatizações não foram suficientes para fazer a economia da região deslanchar.

Os PIBs, regional e *per capita*, durante toda a década de 1990, apresentaram maior oscilação com relação à década anterior, tanto para cima como para baixo, numa demonstração de constante instabilidade da economia; se comportando conforme as oscilações do mercado internacional. A taxa de crescimento médio do PIB regional na década de 1990 foi de 1,4%. Os setores de agricultura, mineração, indústria, construção e serviços básicos também apresentaram oscilações em seu crescimento durante a década de 1990, com crescimento positivo durante a primeira metade dos anos 1990 e posteriormente, queda.

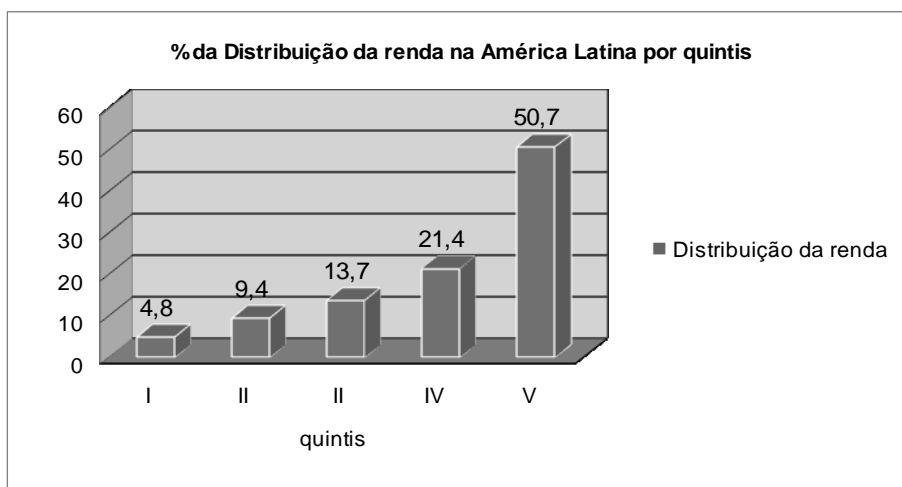
Essa instabilidade dos setores produtivos na década de 1990 foi resultado da mudança na estratégia de desenvolvimento, que anteriormente era baseada na substituição de importações e na forte intervenção do Estado na produção de bens, passando, posteriormente, a ser um jogo de livre mercado. A economia foi aberta aos mercados internacionais e os setores ainda incipientes, para concorrer com o mercado externo e superar os diversos choques econômicos ocorridos por toda a década, entraram em declínio. Além disso, a redução da demanda interna e externa colaborou para a redução da produção. A indústria que começou a década com um crescimento de 3,9% , chegou a 4,3% em 1996, e literalmente despencou em 1998, crescendo apenas 0,6%. O processo de reestruturação produtiva em toda a América Latina colaborou para o encolhimento da indústria nacional e a expansão das transnacionais em território latino-americano, que reenviavam seus lucros e excedentes aos seus países de origens, sem nenhum compromisso de investimento na região. Para Carlos Eduardo Martins (2007), essa redução da indústria significou mais uma destruição da capacidade da indústria agregar valor. De acordo com o autor, a redução da atividade industrial aconteceu devido ao padrão neoliberal em que

uma parte da indústria se articulou ao mercado internacional em detrimento da que se voltou para o mercado interno na região.

Os dados evidenciam uma região extremamente instável durante a década de 1990, com as reformas neoliberais. As consequências foram boas para a parcela da população mais rica. A classe média e os pobres arcaram com as desastrosas consequências das políticas neoliberais. A situação do trabalho piorou. O desemprego pulou de 6% no começo da década para 9% em 1999. 70% dos novos postos de trabalho criados durante o decênio foram estabelecidos no mercado informal. O número de pobres se manteve em torno dos 200 milhões e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, cresceu em 12 dos 16 países pesquisados no estudo da CEPAL (2000), evidenciando o aumento da desigualdade entre a população da região nos anos 1990, onde o Brasil liderou no quesito desigualdade, registrando no final da década um índice de 0,64. Estes dados reforçam a tese de que as reformas estruturais vieram para estabilizar a economia, ou seja, preparar os países latino-americanos para receber investimento externo, e não para equilibrar os desajustes sociais provocados pela crise dos anos 1980. A desigualdade foi um aspecto sem peso na tomada de decisões da implementação de políticas neoliberais. Se ela diminuiu ou aumentou, foi vista como consequência natural do processo.

E já que essa não era a preocupação, as estruturas desiguais permaneceram inabaladas por todo esse processo. Os pobres continuaram detendo a menor porcentagem da renda da região, e os ricos concentraram a maior. O gráfico 4 evidencia a distância entre ricos e pobres.

**Gráfico 4 - Distribuição da Renda (em %)**



Fonte: elaborado própria a partir de dados da CEPAL (2000/01)

Neste gráfico, podemos visualizar a distribuição desigual da renda na região a partir dos quintis,

na década de 1990. O primeiro quintil, onde se concentram os mais pobres, detinha 4,8% da renda. O segundo quintil, 9,4%; o terceiro quintil, 13,7%; o quarto quintil, 21,4% e o último quintil, onde estão os mais ricos da população, concentrou 50,7% da renda na América Latina durante a década de 1990. A intensa desigualdade de renda se evidencia na diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, em que estes concentraram dez vezes mais renda do que aqueles.

A desigualdade na América Latina é visível de muitas formas, não apenas na renda. Segundo dados da CEPAL, a fração do PIB destinada aos gastos sociais cresceu de 10,4% em 1990 para 13,1% em 1999; mas a distribuição desse crescimento foi intensamente desigual.

Com relação à distribuição do gasto por estratos sociais na década de 1990, os mais ricos, apesar de concentrarem 10 vezes mais renda do que os pobres, proporcionalmente se beneficiaram mais do dinheiro público. Os dados referentes à seguridade social apontam que 15% dos gastos se concentraram no primeiro quintil, enquanto o quinto quintil recebeu 32,6%, ou seja, os 20% mais ricos da região foram beneficiados duas vezes mais com o dinheiro público no que diz respeito à seguridade social. Uma contradição quando pensamos em seguridade social como um conjunto de políticas sociais cujo fim é amparar e assistir ao cidadão e sua família em situação de velhice, doença e desemprego.

Os gastos sociais com os 20% mais pobres se concentraram em educação primária e saúde, enquanto os gastos com os 20% mais ricos foram, principalmente, destinados à educação superior e à seguridade social. Assim, o que se viu ao final de uma década de políticas neoliberais foi uma região aberta ao mercado externo, desnacionalizada, desindustrializada, dependente do capital internacional e, por isso, vulnerável, e com um enorme ônus social.

### **Algumas considerações**

Na América Latina, o neoliberalismo foi apenas mais uma estratégia de expansão de acumulação do capital; proporcionada em grande parte pelos novos governantes eleitos democraticamente, que sucumbiram aos interesses e imposições de organismos internacionais. A democracia de procedimentos, neste contexto, serviu de suporte para a implementação de políticas de cunho neoliberal. Os governos democráticos latino-americanos abriram as portas para o mercado externo e se estabilizaram (reduzindo a inflação) para receber o capital estrangeiro, que necessitaria de um ambiente promissor para se proliferar. Também afastaram-se da esfera do mercado, na medida em que reestruturaram as competências do Estado frente à esfera econômica, intervindo apenas para beneficiar a expansão do capital, fosse no âmbito do executivo ou do legislativo.

A democracia implementada na América Latina, portanto, enquanto regime político, tinha como

objetivo proporcionar à população, por via do voto direto, a escolha do seu governante de forma justa e clara, sem questionar aspectos sociais e econômicos. Nesse sentido, frustrou-se a expectativa de que a conquista da democracia implicaria melhores condições de vida para a maioria da população. O objetivo das reformas nos países latino-americanos não foi atender as demandas sociais e sim abrir espaços aos investimentos externos e expandir os investimentos internos privados. Isso foi cumprido.

Porém não é surpresa constatar o ínfimo crescimento econômico da década, que durante o período 1991/97, cresceu apenas 0,6 e no período seguinte, 1998/2002, 1,2%. E nem a constante desigualdade de renda que registrou um índice de 0,57 e 0,58 nos respectivos períodos. Os esforços tanto da democracia como das reformas econômicas não estavam voltados para estes objetivos. Por isso, a pobreza, observando dados relativos, permaneceu inalterada no patamar dos 40% e o desemprego aumentou de 8,8% em 1991/97 para 10,4% em 1998/2002.

A democracia procedimental implementada na América Latina foi funcional para o neoliberalismo, na medida em que ignorou os aspectos econômicos e sociais e colaborou diretamente, através de seus governantes, com a implementação de políticas de cunho neoliberal. Por sua vez, o neoliberalismo foi funcional tanto para os ricos que investiram na região como para os ricos da própria região. Dados da CEPAL (2000) apontam que entre 1991 e 1998 foram remetidos cerca de \$ 900 bilhões de lucros e dividendos da América Latina para os países que investiram na região. E neste mesmo período, os 20% mais ricos concentraram mais de 50% da renda.

A partir da análise destes dados evidencia-se a falácia do discurso do Estado mínimo, uma vez que o encolhimento da capacidade de investimento estatal produzida pelas reformas neoliberais foi muito funcional para retroalimentar também o processo de acumulação de capital. E se houve redução do papel do Estado como interventor na economia, ampliou-se seu papel na criação das condições políticas, jurídicas e infra-estruturais para viabilizar maior e melhor mobilidade do capital. Do ponto de vista socioeconômico o principal resultado dessa mudança no papel do Estado foi o aumento da pobreza e da desigualdade social na América Latina. De modo que quando se fala em Estado mínimo é sempre pertinente questionar: Estado mínimo para que e para quem?

## Bibliografia

- ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- BIELSCHOWISCK, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. Revista CEPAL 97, Santiago, abril-2009.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. CLACSO, Buenos Aires, 2011.
- CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. In.: *Revista de Economia Política*. Rio de Janeiro, 12.2, 2008. p.247-272.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Buenos Aires: Siglo XX, 2003.
- , Fernando Henrique. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência? Texto apresentado no *Segundo Seminário Latinoamericano para El Desarrollo*. Flacso, novembro, Santiago, Chile, 1970.
- CEPAL. Anuários. 1970-1988-1998-2000, Santiago: Cepal.
- ESTAY, Jaime R., La inserción de América Latina em el actual orden internacional: crisis y alternativas, In: GAMBINA, Julio C. y ESTAY, Jaime (compiladores), *Hacia donde va el sistema mundial? Impactos y alternativas para América Latina y El Caribe*, Buenos Aires, Fund. Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP, 2007.
- EVANS, Peter. Análise do Estado no Mundo Neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea*. 4. julho-dez. 1998.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- \_\_\_\_\_, O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2007.
- HAYEK, Frederick Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Polis/Vozes, São Paulo/Petrópolis, 1985.
- MARINI, Rui, Mauro. Las crisis del desarrollo. In. MARINI, R.M. y MILLAN, M.(coord.) *La teoría*

*social latinoamericana. Subdesarrollo y dependencia*. Tomo II. Cidade del México: Ediciones El Laballito, 1994.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. *Revista Katalysis*, v.10, 2007. p. 35-43.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Estudos Avançados*. 23.(66), 2009.

PNUD – Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos. São Paulo: LM&X, 2004.

PREBISCH, Raul. El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas. CEPAL, Santiago, 1949.

PRZEWORSKI, Adam. The neoliberal fallacy. In.: *Journal of Democracy*. 3.3, 1992, pag. 45-59.

SALAMA, Pierre, Novas formas da pobreza na América Latina, in GENTILI, Pablo (org.), *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, segunda edição, Petrópolis – RJ, editora Vozes – Buenos Aires, Clacso, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. La teoria de la dependencia- un balance histórico y teórico. In. LÓPEZ, Franciso (coord.) *Los retos de la globalización. Ensaio en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: UNESCO, 1998. [www.biblioteca\\_virtual.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/santos.rtf](http://www.biblioteca_virtual.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/santos.rtf) em 25 de maio de 2006.

TAVARES, Laura. *Ajuste neoliberal, desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

WORLD BANK, Latin America Documents, 2000.